

Atos do Poder Executivo

ATA DE REUNIÃO

4º ESCUTA PÚBLICA SOBRE O PAR - PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC

Aos 26 de junho de 2025 estiveram reunidos no Auditório da Biblioteca Municipal Cláudio dos Santos Matos, localizada na praça da AMADA – Alvinópolis, 27 representantes da sociedade civil e 3 servidores da Secretaria Municipal de Cultura. A reunião teve seu início às 19h00, e sua pauta consistiu na continuidade do debate e na votação da proposta mais adequada para o Plano de Aplicação de Recursos da Política Nacional Aldir Blanc – ciclo 2. Esta constituiu a quarta reunião, de um total programado de quatro, com essa finalidade.

A equipe da Secretaria de Cultura esclareceu que o objetivo desta reunião era ajustar uma das propostas apresentadas na reunião anterior, que continha partes que não estavam de acordo com as normas definidas pelas leis. Em seguida, começaria a votação das propostas pela sociedade civil.

Ressaltou-se novamente que a responsabilidade pela criação e seleção das propostas é totalmente da sociedade civil. Reafirmamos a disponibilidade dos conteúdos no drive, que inclui aulas sobre o Cultura Viva, leis, gravações e atas de reuniões, além de outros documentos relevantes ao assunto. Todas as atualizações divulgadas pelo Ministério da Cultura serão incorporadas ao drive.

As três propostas elaboradas foram apresentadas, e Fabiana esclareceu que, na proposta 1, o item 2.2, que previa a concessão de 6 prêmios para mestres e mestras da cultura popular, urbana e periférica, não estava em conformidade com as diretrizes estabelecidas para a Cultura Viva. Este regulamento permite premiações apenas para pontos de cultura; para mestres e mestras, seria viável a disponibilização de bolsa cultural, que possui outras especificações.

Após os devidos esclarecimentos, foram acrescentadas 8 premiações para mestres e mestras no item 1.1 Fomento Cultural e no item 2.2 premiação Cultura Viva, restando 10 prêmios para pontos de cultura com ou sem Certificação. Nei Tavares enfatizou que essas alterações foram antecipadamente informadas à agente cultural Renata Duarte, responsável pela criação da proposta em questão, e que foram implementadas após a sua aprovação.

A agente cultural Kátia Ludemann, questionou porque os novos programas lançados recentemente pelo Ministério de Cultura não poderiam ser discutidos com a sociedade civil para possível inserção no PAR do ciclo 2.

Fabiana informou que na reunião do dia 16/6, foi comunicado que os novos programas lançados pelo Ministério da Fazenda ainda teriam as portarias publicadas no site oficial e que seria realizada uma consulta sobre os requisitos e regras para esses novos programas, mas, naquele momento, não havia dados concretos. Após uma consulta ao site oficial do Ministério da Cultura, verificou-se que as novas portarias com os regramentos para a adesão aos novos programas pelos estados e municípios foram inseridas, mas a Secretaria de Cultura ainda precisaria se aprofundar no tema para fornecer informações mais claras e objetivas. Além disso, é possível agendar uma reunião para discutir o tema antes da inclusão do PAR na plataforma do Minc. Fabiana informou ainda, que participou de um plantão tira dúvidas, realizado pelo Minc, para gestores públicos na qual foi informado que os municípios que possuem saldo remanescente e rendimentos do recurso do ciclo 1 não precisarão devolvê-los à União e poderão utilizá-los para complementar o recurso do ciclo 2. Para isso será necessário aguardar a publicação da portaria que estabelecerá as regras para a transição e utilização desse saldo. Explicou também que o saldo remanescente que é da Cultura Viva só poderá ser aplicado em ações da Cultura Viva, e que somente os rendimentos poderão ser utilizados em outras ações de fomento. A Secretaria de Cultura, salientou que o ideal é adiar o envio do PAR na plataforma e esperar a publicação dessa nova portaria para falar sobre esse saldo e discutir com a sociedade civil a melhor forma de aplicá-lo, para isso, se comprometeu agendar nova reunião para esse debate.

Finalizadas as explicações, foi iniciada a votação das propostas apresentadas, que chegou ao seguinte resultado: a primeira proposta obteve 0 voto, a segunda proposta, 22 votos, e a terceira proposta, 5 votos. Portanto, a proposta vencedora foi a segunda, com a maioria dos votos.

Fabiana informou que, conforme solicitado pela sociedade civil, será publicado na imprensa oficial do dia 28, o relatório final do ciclo 1 da PNAB, contendo informações de todas as etapas dos editais, e demandas por segmentos e territórios de atuação. Na sequência deu-se por encerrada a reunião às 20h30.

A transcrição na íntegra e a gravação será disponibilizada por meio do drive https://drive.google.com/drive/folders/1IFqp2VrUnsHVNqMMj9Wro_wTQ9R2_y6?usp=drive_link.

Atos do Poder Executivo

PROPOSTA 2								valor disponibilizado R\$ 1.133.037,69	
META	AÇÃO	ATIVIDADE	VALOR	FORMA DE EXECUÇÃO	PRODUTO/ ENTREGA	QUANTIDADE DE VAGAS	A ATIVIDADE DESTINA RECURSOS A ÁREAS PERIFÉRICAS E/OU DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS		
1. Ações Gerais	1.1 Fomento Cultural	1.1.1 Publicação de Edital de apoio à execução de ações e projetos culturais.	R\$ 640.000,00	Chamamento público – Termo de Execução Cultural (Lei 14.903/2024)	Ações/ Projetos Culturais Fomentados	10 projetos de R\$ 40.000,00 9 projetos de R\$ 20.000,00 4 projetos de R\$ 15.000,00	Sim		
		1.1.2 Publicação de Edital de Premiação de Agentes e Coletivos culturais.							
2. Ações relacionadas à Política Nacional Cultura Viva- Lei nº 13.018/2014 (obrigatório mínimo 25% do valor total da PNAB).	2.1 Fomento a Pontos de Cultura	2.1.1 Publicação de Edital de apoio à execução projetos continuados de pontos de cultura, para firmar Termo de Compromisso cultural por 12 meses.	R\$ 285.000,00	Chamamento público – Termo de Compromisso Cultural (Lei 13.018/2014 - PNCV)	Projetos de Pontos de cultura apoiados	3 projetos de R\$ 95.000,00	Sim		
		2.2 Prêmio Cultura Viva de Pontos de Cultura							
3. Custos Operacionais	3.1 Gestão e Operacionalização	3.1.1 Contratação de Pareceristas para análise dos projetos e Consultoria para operacionalização e Busca Ativa	R\$ 22.750,00	Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021)	Serviço/ profissional contratado	7 contratações de R\$ 3.250,00 Edital de Credenciamento 013/2024	Não		
Total destinado para edital de FOMENTO: R\$ 640.000,00			Total destinado para Cultura Viva: R\$ 410.287,69		Pareceristas: R\$ 22.750,00				



Atos do Poder Executivo

PROPOSTA 2					valor disponibilizado R\$ 1.133.037,69	
META	AÇÃO	ATIVIDADE	VALOR	QUANTIDADE DE VAGAS		
1. Ações Gerais	1.1 Fomento Cultural	1.1.1 Publicação de Edital de apoio à execução de ações e projetos culturais.	R\$ 640.000,00	10 projetos de R\$ 40.000,00		
				9 projetos de R\$ 20.000,00		
				4 projetos de R\$ 15.000,00		
		1.1.2 Publicação de Edital de Premiação de Agentes e Coletivos culturais.	R\$ 60.000,00	10 prêmios de R\$ 6.000,00 para agentes culturais		
2. Ações relacionadas à Política Nacional Cultura Viva- Lei nº 13.018/2014	2.1 Fomento a Pontos de Cultura	2.1.1 Publicação de Edital de apoio à execução projetos continuados de pontos de cultura, para firmar Termo de Compromisso cultural por 12 meses.	R\$ 285.000,00	3 projetos de R\$ 95.000,00		
		2.2 Prêmio Cultura Viva de Pontos de Cultura		9 Prêmios R\$ 12.528,77 1 Prêmio R\$ 12.528,76 Pontos De Cultura		
3. Custos Operacionais	3.1 Gestão e Operacionalização	Contratação de Pareceristas Valor R\$ 3.250,00 Edital 013/2024	R\$ 22.750,00	7 contratações de R\$ 3.250,00 Edital de Credenciamento 013/2024		
		Total destinado para Cultura Viva: R\$ 410.287,69		Total proposto: R\$ 1.133.037,69		
Total destinado para edital de FOMENTO: R\$ 640.000,00			PARECERISTAS R\$ 22.750,00			

